



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
Procuradoria Jurídica Administrativa PROJU-ADM
Declaro para entender ao que dispõe o artigo 61
parágrafo único da Lei nº 8666/93 que o resumo
de contrato nº _____ firmado entre o Município e
em 23/11/17
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PROJU-ADM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 077/2017
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 027/2017 – COPEL

O MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Praça Graciliano de Freitas, s/n, Alagoinhas - BA, inscrito no CNPJ sob número 13.646.005/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. JOAQUIM BELARMINO CARDOSO NETO, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF sob nº. 255.102.315-72 e CRM/BA nº. 10101, doravante denominado MUNICÍPIO, e a ULTRA FENIX EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob número 16.922.630/0001-53, com sede no Largo dos Mares, nº 14, Loja, Mares, Salvador – BA, neste ato representada por DÉBORA BRITO CAVALCANTI, brasileira, solteira, comerciante, portadora do RG nº. 02.486.808-62 SSP/BA, inscrita no CPF sob o nº 274.676.275-72, residente e domiciliada à Rua Teixeira Leal, nº 146, Ed. Palladium, Graça, Salvador - BA, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDOR, formalizam o presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 027/2017, oriundo do processo administrativo oriunda do Processo Administrativo N.º 6083/2017, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 2.619/2008, segundo as cláusulas e condições a seguir.

1)OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para a AQUISIÇÃO DE EPI'S PARA A COORDENAÇÃO DA SESEP – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS/BA, conforme Anexo I do Edital da licitação em epígrafe.

ITEM	NOME PADRONIZADO/DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Botina de segurança em couro cor preta, com elástico lateral, solado em poliuretano injetado, antiderrapante, bidensidade, desprovido de componentes metálicos, para eletricista, atendendo as especificações segundo norma NR-6. Nº 36	PAR	6	Kadesh CA 369882	R\$ 29,45	R\$ 176,70
2	Botina de segurança em couro cor preta, com elástico lateral, solado em poliuretano injetado, antiderrapante, bidensidade, desprovido de componentes metálicos, para eletricista, atendendo as especificações segundo norma NR-6. Nº 40	PAR	20	Kadesh CA 369882	R\$ 29,45	R\$ 589,00
3	Botina de segurança em couro cor preta, com elástico lateral, solado em poliuretano injetado, antiderrapante, bidensidade, desprovido de componentes metálicos, para eletricista, atendendo as especificações segundo norma NR-6. Nº 42	PAR	20	Kadesh CA 369882	R\$ 29,45	R\$ 589,00
4	Botina de segurança em couro cor preta, com elástico lateral, solado em poliuretano injetado, antiderrapante, bidensidade, desprovido de componentes metálicos, para eletricista, atendendo as especificações segundo norma NR-6. Nº 43	PAR	10	Kadesh CA 369882	R\$ 29,45	R\$ 294,50
5	Luva de cobertura em vaqueta, punho em raspa, com 15 cm, com elástico, para eletricista, atendendo as especificações segundo norma NR-6	PAR	30	Victors Luvas CA13280	R\$ 34,43	R\$ 1.032,90
6	Capa para chuva, em PVC amarelo, forrada em tecido algodão, com mangas compridas e capuz removível, solda eletrônica, fechamento frontal por botões de pressão, altura de 1,40m	UND	24	CAPSEG CA11040	R\$ 35,13	R\$ 843,12
7	Capacete de proteção tipo boné, sem jugular, cor cinza, suspensão em tecido com 04 (quatro) encaixes, de alta resistência, testeira confeccionada em espuma	UND	14	Plastcor CA123654	R\$ 21,17	R\$ 296,38
8	Cinto de Segurança de couro com talabarte, para eletricista	UND	12	Victória Martins CA 18771 Réf 00650	R\$ 11,05	R\$ 132,60
9	Bota em couro emborrachado cano curto, cor preta	PAR	4	IMBISEG	R\$ 21,94	R\$ 87,76





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

	sem cadarço, solado PU de injeção direta monodensidade. Nº 35			CA37414		
10	Bota em couro emborrachado cano curto, cor preta sem cadarço, solado PU de injeção direta monodensidade. Nº 36	PAR	10	IMBISEG CA37414	R\$ 21,94	R\$ 219,40
11	Bota em couro emborrachado cano curto, cor preta sem cadarço, solado PU de injeção direta monodensidade. Nº 37	PAR	10	IMBISEG CA37414	R\$ 21,94	R\$ 219,40
12	Bota em couro emborrachado cano curto, cor preta sem cadarço, solado PU de injeção direta monodensidade. Nº 38	PAR	12	IMBISEG CA37414	R\$ 21,94	R\$ 263,28
13	Bota em couro emborrachado cano curto, cor preta sem cadarço, solado PU de injeção direta monodensidade. Nº 39	PAR	18	IMBISEG CA37414	R\$ 21,94	R\$ 394,92
14	Bota em couro emborrachado cano curto, cor preta sem cadarço, solado PU de injeção direta monodensidade. Nº 40	PAR	40	IMBISEG CA37414	R\$ 21,94	R\$ 877,60
15	Bota em couro emborrachado cano curto, cor preta sem cadarço, solado PU de injeção direta monodensidade. Nº 41	PAR	4	IMBISEG CA37414	R\$ 21,94	R\$ 87,76
16	Bota em couro emborrachado cano curto, cor preta sem cadarço, solado PU de injeção direta monodensidade. Nº 42	PAR	30	IMBISEG CA37414	R\$ 21,94	R\$ 658,20
17	Bota em couro emborrachado cano curto, cor preta sem cadarço, solado PU de injeção direta monodensidade. Nº 43	PAR	16	IMBISEG CA37414	R\$ 21,94	R\$ 351,04
18	Bota em couro emborrachado cano curto, cor preta sem cadarço, solado PU de injeção direta monodensidade. Nº 44	PAR	25	IMBISEG CA37414	R\$ 21,94	R\$ 548,50
19	Bota PVC Cano Longo Branca- 07 Léguas . Nº42	PAR	4	CARTOM CA32165	R\$ 21,36	R\$ 85,44
20	Bota de PVC cano longo cor preta. Nº 40	PAR	6	CARTOM CA32165	R\$ 21,36	R\$ 128,16
21	Bota de PVC cano longo cor preta. Nº 42	PAR	6	CARTOM CA32165	R\$ 21,36	R\$ 128,16
22	Bota de PVC cano longo cor preta. Nº 44	PAR	6	CARTOM CA32165	R\$ 21,36	R\$ 128,16
23	Capas de chuva, em plástico incerado, manga longa e com capuz. Tam. G	UND	105	KCC CA12227	R\$ 1,90	R\$ 199,50
24	Calça plástica branca - Tamanho M	UND	5	Victória Martins CA 37001	R\$ 10,67	R\$ 53,35
25	Camisa Plástica branca - Tamanho M	UND	5	Victória Martins	R\$ 10,15	R\$ 50,75
26	Cinto de segurança, tipo paraquedista, em nylon com suspensório e regulagem nas pernas, confeccionado em cadarço com no mínimo 50mm de largura e 2,5mm de espessura, 03 fivelas de pressão em aço para ajuste.	UND	10	Victória Martins	R\$ 25,74	R\$ 257,40
27	Luva Latex	PAR	20	LUV MAX	R\$ 4,00	R\$ 80,00
28	Luva PVC cano longo	PAR	60	SAFEX CA32158	R\$ 12,25	R\$ 735,00
29	Luva de cobertura em vaqueta, punho em raspa, com 15 cm, com elástico, para electricista, atendendo as especificações segundo norma NR-6	PAR	50	KOCH CA9455	R\$ 26,00	R\$ 1.300,00
30	Máscara Descartável PFF1	UND	120	KSN CA 8356	R\$ 5,62	R\$ 674,40
31	Máscara Vapor de Gás com filtro	UND	10	MIG21 CA37401	R\$ 22,09	R\$ 220,90
32	Óculos de proteção, armação anatômica preta, Lente incolor em policarbonato, com proteção lateral.	UND	35	POLIFER RIO DE JANEIRO CA34082	R\$ 2,50	R\$ 87,50

PR
VISTO
400
FRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

33	Óculos de proteção, armação anatômica preta, Lente escura em policarbonato, com proteção lateral.	UND	20	POLIFER RIO DE JANEIRO CA34082	R\$ 2,50	R\$ 50,00
34	Protetor Auricular tipo Concha	UND	20	AGENA CA4398	R\$ 11,04	R\$ 220,80
35	protetor Auricular Copolimero - plug com cordão pvc	UND	10	UMP - 13DB CA10043	R\$ 0,42	R\$ 4,20
36	Protetor facial em plástico incolor de 8"	UND	20	PROJETO ÁGUA CA 13640	R\$ 11,71	R\$ 234,20
VALOR GERAL					R\$ 12.299,98	

1.2 Os preços do **PROMITENTE FORNECEDOR**, elencados nesta Cláusula, ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento e da(s) futura(s) Contratação(ões) que venha(m) a ser firmado(s) entre o **PROMITENTE FORNECEDOR** e o **MUNICÍPIO**.

1.3A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2.VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a.1. A validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação da Ata de Registro de Preços na imprensa oficial.

b. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1 Os órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais e demais entidades controladas pelo poder Executivo Municipal, que participaram dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de preços elencados no preâmbulo desta Ata de Registro de Preços a integrarão.

2.2 Os órgãos participantes deverão:

- Promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador a fim de obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados;
- Manifestar, formalmente, para o órgão gerenciador o interesse em celebrar o contrato.
- Transferir os recursos financeiros para o órgão gerenciador, referentes ao quantitativo solicitado.

3.UTILIZAÇÃO POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

3.1 Os órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais e demais entidades controladas pelo poder Executivo Municipal que não participaram dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos do Decreto Municipal nº 2.619/2008, que não integrarão esta Ata de Registro de Preços, poderão solicitar ao órgão Gerenciador anuência a sua adesão.

3.1.1 O pedido de utilização da Ata de Registro de preços deverá ser consultado ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, devidamente formalizado por escrito pela Autoridade competente do órgão solicitante.

3.2 Cabe ao fornecedor beneficiário Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pelo não fornecimento decorrente de adesão, aceitação ou desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras resultantes da ata, assumidas com órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3 As aquisições ou contratações adicionais referenciadas neste item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3.1 O total de utilização de cada item não poderá exceder ao quíntuplo do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.4 O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à Ata de Registro de Preços após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

3.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.6 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observados a ampla defesa e o contraditório, de





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.7 Compete ao órgão não participante a responsabilidade de adimplemento das obrigações contratuais.

4. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

4.1 Cabe ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e de administração do SRP, e ainda o seguinte:

- a) Gerenciar a Ata de Registro de Preços de todos os órgãos e entidades da Administração Direta e indireta.
- b) Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- c) Encaminhar para PROJU (Procuradoria Geral do Município) as informações necessárias para a instrução do processo administrativo para providências cabíveis quando do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de preços ou das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.
- d) Celebrar a formalização do instrumento contratual do sistema de registro de preços.
- e) Comunicar a celebração aos órgãos participantes, bem como as suas eventuais alterações.
- f) Colher as assinaturas e providenciar a imediata publicação da Ata de Registro de Preços, bem como das possíveis alterações na imprensa oficial.

5. OBRIGAÇÕES DO PROMITENTE FORNECEDOR

5.1 Quando incluído na Ata de Registro de preços, está obrigado a celebrar os instrumentos contratuais nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria ata, quando convocado.

5.2 Manter durante a validade da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3 Submeter-se-á a todas as normas e condições do edital e seus anexos, que integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

6. ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 Toda vez que for constatado através de pesquisa de preços, que os valores registrados na Ata de Registro de Preços estão divergentes daqueles praticados no mercado, o Órgão Gerenciador poderá:

6.1.1 Revisar os itens com preços superiores ou inferiores aos praticados no mercado, na forma dos Art. 14 e Art. 15 do Decreto Municipal nº 2.619/2008.

6.1.2 A Ata de registro de Preços será revogada na ocorrência do disposto no §4º do Art. 14 e §2º do Art. 15 do Decreto Municipal nº 2.619/2008.

6.2 A revisão dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, no casos previstos no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, deverá ser realizada mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pela Administração Municipal.

6.3 O **PROMITENTE FORNECEDOR** deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo: as parcelas relativas à mão-de-obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

6.4 A não apresentação da Planilha de Custos impossibilitará ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços de proceder às futuras revisões, caso venha ao **PROMITENTE FORNECEDOR** solicitar equilíbrio econômico-financeiro.

6.5 A cada pedido de revisão de preço deverá o **PROMITENTE FORNECEDOR** comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

6.6 No caso do detentor do Registro de Preços ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com Notas Fiscais de Fábrica/Indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (Planilha de Custos).

6.7 A critério do Órgão Gerenciador poderá ser exigido do **PROMITENTE FORNECEDOR** lista de preço expedida pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração seqüencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

6.8 Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, o Órgão Gerenciador adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias.

6.9O percentual diferencial entre os preços de mercado vigente à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela Detentora do Registro de Preços, será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

6.10 A revisão do preço, caso deferida, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na imprensa oficial.

6.11 É vedado ao **PROMITENTE FORNECEDOR** interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

6.12É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/1993.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1Os pagamentos serão efetuados após atesto do setor competente e, dentro do cronograma de pagamento financeiro. Na data da apresentação da fatura o contratado deverá estar de posse, em plena vigência, da CRF de FGTS, da CNDT e das certidões de regularidade com as fazendas estadual, federal (conjunta da Dívida Ativa da União e INSS) e municipal, sob pena de não pagamento.

7.2Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA** o decurso do prazo de pagamentos será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

7.3O faturamento correspondente ao objeto contratado deverá ser apresentado pela **CONTRATADA**, através de Nota Fiscal, em duas vias, com os requisitos da lei vigente, dentro dos prazos estabelecidos na sua proposta, após assinatura do contrato ou por outros instrumentos hábeis, nas formas previstas no art. 62 da Lei 8.666/93 e recebimento Nota de Empenho.

7.4A entrega do material, por parte da **CONTRATADA**, para uma determinada unidade, não poderá estar vinculada a débitos de outras unidades, porventura existentes, sob pena de sanções previstas em lei.

8. PRAZOS, ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

8.1O objeto desta licitação será entregue após autorização da Secretaria solicitante.

8.2 O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante o recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente da unidade gestora da despesa.

8.3Não poderão ser entregues produtos fora das especificações, sem rotulagem que obedeça a legislação em vigor e com marca diferente da constante na Ata de Registro de Preços.

8.4Os produtos serão recebidos pelos responsáveis pelo recebimento e inspeção, nas seguintes condições:

8.5.1 Provisoriamente, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com na especificação, no prazo de até 10 (dez) dias contados do seu recebimento. Sendo constatados defeitos e divergências das especificações. O setor responsável recusará o recebimento, dando ciência dos motivos da recusa à contratada, que assumirá todas as despesas daí decorrentes, sem prejuízo das penalidades previstas na lei, devendo, no prazo de 72 (setenta e duas) horas contado a partir da notificação, repor o produto. Caso a verificação não seja procedida reputar-se-á como realizada dentro do prazo fixado.

8.5.2 Definitivamente, após o decurso do prazo de verificação que comprove a adequação do fornecimento, ou, no caso em que não haja por parte da contratante, qualquer manifestação até o prazo final do recebimento provisório.

8.5.3 Considerar-se-á definitivo o recebimento do objeto, caso não haja qualquer manifestação da **CONTRATANTE**, até o prazo final do recebimento provisório.

8.5.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução, quanto à qualidade, correção e segurança do objeto contratado.

8.6Não será considerado entrega realizada para itens que tenham sido devolvidos por não atender as especificações e marcas definidas na Ata de Registro de Preços, ou, quantidades a menor ou a maior do que a solicitada.

8.7Correrá por conta da **FORNECEDORA**, toda e qualquer despesa com ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a perfeita execução do objeto deste instrumento.

8.8A Nota Fiscal de fornecimento deverá ser emitida em conformidade com as unidades de fornecimento indicadas na Ata de Registro de Preços e na proposta da **FORNECEDORA**.

8.9A **FORNECEDORA** é obrigada a corrigir, remover ou substituir, totalmente às suas expensas, os produtos em que se verificarem vícios ou desconformidades no total ou em parte com o objeto desta Ata de Registro





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

de Preços, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da hora da convocação, independente da aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

8.10A **CONTRATANTE** não se responsabilizará pelos produtos no caso de descumprimento do prazo estabelecido no item 8.9, podendo ser adotada qualquer medida para desobstruir o almoxarifado do órgão solicitante, conforme cada caso.

8.11A entrega deverá ser realizada por preposto da **PROMITENTE FORNECEDORA**, devidamente uniformizados e identificados.

8.12 Os produtos deverão ser entregues com prazo de validade superior a 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.

9. PENALIDADES

9.1 Ficará impedido de licitar e contratar com o município, sendo descredenciado do cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e terá seu registro cancelado, além de sanções civis e criminais, após prévio processo administrativo garantido a ampla defesa e o contraditório, quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de preços;
- Recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou documento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- Não manter a proposta;
- Deixar de entregar, ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- Fraudar a execução do instrumento contratual;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração pública;
- Cometer fraude fiscal.

9.2 Nenhum pagamento isentará a **FORNECEDORA** das suas responsabilidades na execução do objeto, as quais prevalecerão até a vigência da Ata de Registro de Preços e da garantia do produto, quando for o caso.

9.3A **FORNECEDORA** ficará sujeita, em caso de inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 com alterações posteriores, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

9.4 A **FORNECEDORA** após regular apuração pelo descumprimento parcial ou total dos compromissos assumidos estará sujeito à aplicação das seguintes penalidades:

9.4.1 Advertência sempre que forem constatadas infrações leves.

9.4.2 Multa por atraso imotivado do fornecimento do produto, nos prazos abaixo definidos:

- até 30 (trinta) dias: 0,3% ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do produto;
- superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que não tenha havido o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 10% a 15% sobre o valor da fatura do fornecimento do produto;
- superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% sobre o valor da fatura do fornecimento do produto.

9.4.3 Suspensão nos prazos abaixo definidos:

- de até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- de até 12 (doze) meses quando praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da contratação, no âmbito da Administração Pública Municipal.

9.4.4 Suspensão de até 12 (doze) meses e multa sobre o valor global da Nota de Empenho ou documento equivalente, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal, quando:

- não atender às especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos no contrato: multa de 10% a 20%, sobre o valor da Nota de Empenho ou documento equivalente;
- paralisar o fornecimento do produto, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% a 20% sobre o valor da Nota de Empenho ou documento equivalente;
- adulterar ou alterar as características: físicas, químicas ou biológicas do produto fornecido: multa de 20% sobre o valor da Nota de Empenho ou documento equivalente e suspensão do direito de licitar e contratar com o município pelo prazo de até cinco anos;
- entregar, como em bom estado ou verdadeiro, produto falsificado, furtado, deteriorado ou danificado: multa de 20% sobre o valor da Nota de Empenho ou documento equivalente; e suspensão do direito de licitar e contratar com o município pelo prazo de até cinco anos;
- entregar produto que cause dano à Administração ou a terceiros, devidamente comprovada: multa de até 20% sobre o valor da Nota de Empenho ou documento equivalente, independente das medidas civis, além de reparação do dano.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

9.5 A suspensão temporária da FORNECEDORA durante a vigência da Ata de Registro de Preços impedirá a mesma de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

9.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, por até 05 (cinco) anos, quando a FORNECEDORA incorrer por duas vezes nas suspensões elencadas no subitem 9.4.3 e 9.4.4 e enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

9.7 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Prefeitura Municipal de Alagoinhas.

9.8 Caso o valor da multa seja superior ao valor da Nota de Empenho ou documento equivalente, a FORNECEDORA responderá pela sua diferença, a qual será cobrada judicialmente.

9.9 Não será efetivado qualquer pagamento à FORNECEDORA enquanto não efetuado o pagamento da multa devida.

9.10 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pela FORNECEDORA e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração cancele esta Ata de Registro de Preços.

9.11 As sanções previstas no item 9 desta Ata de Registro de Preços são de competência exclusiva do titular da Secretaria Municipal da Administração, permitida a delegação para a sanção prevista no subitem 9.4.1, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vistas.

9.12 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após conclusão de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à FORNECEDORA, sob pena de multa.

9.13 O cancelamento do registro, assegurado o contraditório, é formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.14 O procedimento para aplicação de penalidade de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais é conduzido pela PROJU, sob a Coordenação de Materiais e Patrimônio, e a penalidade aplicada pelo titular da Secretaria Municipal da Administração.

10 CANCELAMENTO

10.1 DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado sem justificativa, na hipótese deste se tornar superior ao preço praticado no mercado;
- sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal 8.666/1993 ou no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002.

10.1.1O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d" deste item será formalizado pela PROJU, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2 DO REGISTRO DE PREÇO

10.2.1O registro de preços poderá ser cancelado na hipótese prevista no subitem 10.1 ou, ainda, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- por motivo de interesse público;
- a pedido do fornecedor.

10.2.2O cancelamento parcial ou total de itens registrados far-se-á sempre a critério do órgão gerenciador, nas hipóteses previstas nesta Ata de Registro de Preços.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

11 DOCUMENTAÇÃO


11.1 A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes, que fazem parte deste instrumento independente de transcrição:

- a) Processo Administrativo nº 6083/2017;
- b) Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2017 – COPEL e anexos;
- c) Proposta do PROMITENTE FORNECEDOR apresentada em 27/09/2017.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Fica eleito o foro da Cidade de Alagoinhas, Estado da Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Alagoinhas, 26 de outubro de 2017.


JOAQUIM BELARMINO CARDOSO NETO
PREFEITO
CONTRATANTE


ULTRA FENIX EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EIRELI - EPP
Rep. p/ Débora Brito Cavalcanti
CONTRATADA

